

## CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO EDUCADOR SOCIAL

Amanda Fratea de Lucca<sup>1</sup>; Ana Claudia Pozo Grieco<sup>2</sup>; Francisco Carlos Franco<sup>3</sup>; Rosália Maria Nettos Prado<sup>4</sup>

### RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar a trajetória do Educador Social, bem como a construção de sua identidade e seu importante papel na sociedade e, neste contexto, mostrar o pouco reconhecimento que lhe é devido enquanto profissional. A metodologia desenvolvida para esse estudo é baseada em levantamento bibliográfico. Verificou-se que este profissional não foi reconhecido como tal ao longo de sua atuação junto a sujeitos em situações de vulnerabilidade social e nos demais nichos da sociedade. Para tanto este artigo pretende esclarecer as bases nas quais o Educador Social atua através de um percurso sócio histórico que traça o caminho percorrido desde o início de sua atuação, dentro de perspectivas da Pedagogia Social no mundo e no Brasil, até a última legislação vigente que está mais próxima de reconhecê-lo como profissional, provido de direitos e deveres como qualquer outra categoria trabalhista.

**Palavras-chave:** Educador Social, Pedagogia Social, desvalorização profissional

### ABSTRACT

The objective of this paper is to present the professional background of the Social Educator as well as the construction of his/her identity and his/her important role in society and, in this context, to point out his/her professional downgrading due to lack of recognition. The methodology developed for this study is based on a bibliographical survey. It was verified that this professional did not have his/her due recognition for a long period of time along his/her move within subjects in situations of social vulnerability and in the other niches of the society. For this purpose, this article aims to clarify the basis on which the Social Educator works through a socio-historical course that traces the path covered from the beginning of his/her work within the perspectives of Social Pedagogy in the world and in Brazil to the last current legislation that is closer to recognizing him/her as a professional, with rights and duties like any other labor category.

**Key-words:** Social Educator, Social Pedagogy, professional downgrading

### Introdução

É longo o caminho percorrido para o reconhecimento do Educador Social, enquanto profissional no Brasil, muitas vezes confundido com trabalho voluntariado. Os projetos sociais existem há muito tempo, no entanto, desconheciam-se os atores envolvidos nos mesmos, bem como sua formação profissional e suas tarefas específicas. Assim, o presente artigo pretende fazer um estudo do Educador Social no Brasil com foco no reconhecimento de sua atuação profissional. O estudo será feito a partir de uma definição conceitual da Pedagogia Social em si e dos atores envolvidos.

Para entendermos o real papel desempenhado pelo Educador Social, é necessário identificar os distintos ambientes e variáveis sociais que demandam a necessidade deste ator, tão importante

---

1 Mestranda em Políticas Públicas pela UMC. Especialista em Metodologia do ensino de Língua Inglesa pela Universidade Braz Cubas (2004). Graduada em Letras pela UMC (1998). ID: <https://orcid.org/0000-0003-4088-3461>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2068643302531230>. E-mail: [lucca.amanda@gmail.com](mailto:lucca.amanda@gmail.com)

2 Mestranda em Políticas Públicas pela UMC. Especialista em Docência do Ensino Superior pela FALC (2008). Graduada em Comunicação Social pela Anhembi-Morumbi (1992). Graduada em Letras pela Universidade Braz Cubas (2002). E-mail: [anaclpozo@gmail.com](mailto:anaclpozo@gmail.com)

3 Doutor e Mestre em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica - PUC, de São Paulo. Atualmente é professor do Programa de Mestrado em Políticas e no Curso de Pedagogia na Universidade de Mogi das Cruzes - UMC e professor de cursos de formação de professores na Universidade Braz Cubas - UBC. É autor e co-autor de livros e artigos sobre educação e cultura em instituições de educação formal e não formal e sobre formação de professores.

4 Dra. em Linguística e Semiótica pela USP. Docente do Programa de Mestrado Profissional em Educação do Centro Paula Souza. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2138-8422> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1028299162272414>

em nossa sociedade marcada historicamente por políticas excludentes e promovedoras de desigualdades. Nessa perspectiva, a ação do Educador Social está centrada na luta por uma sociedade melhor, mais justa e igualitária.

Neste artigo, propõe-se uma pesquisa descritiva bibliográfica, de abordagem qualitativa sobre o Educador Social, a educação e a Pedagogia Social. Para o desenvolvimento deste trabalho, apresentamos, primeiramente, uma contextualização das teorias que aludem a Pedagogia Social, enquanto área de conhecimento que objetiva o estudo das questões sociais e a formação para o pleno desenvolvimento humano. Em seguida abordamos o papel do Educador Social nas várias frentes de atuação e como esse construiu sua identidade e foi reconhecido enquanto profissional ao longo da sua trajetória.

Por fim, tecemos as considerações finais acerca do tema e ressaltamos a relevância desse profissional numa sociedade excludente e desigual como a nossa, no sentido de buscar caminhos para que seja reconhecido seu papel na sociedade e na transformação social.

### **Construções Sócio Históricas da Pedagogia/Educação Social**

Profissionais de educação especializados para atender às necessidades socioeducacionais são exigências do mundo contemporâneo. Em nosso país isso não é diferente, dadas as circunstâncias de desigualdade e exclusão social que surgem em diversos panoramas. A organização dessa área ocorre com a Pedagogia Social, no sentido de promover uma intervenção educativa nas áreas mais frágeis da sociedade, mas não somente. Para o entendimento das perspectivas atuais, faz-se necessária a compreensão da construção histórica da Pedagogia Social enquanto campo teórico. De acordo com Machado (2008), a Pedagogia Social é a educação para a paz, para a democracia, a liberdade e a igualdade.

Enquanto campo teórico e prático, a Pedagogia Social é recente em nosso país. Foram nos anos 1980, segundo Ribas e Oliveira (2013), que estudos e pesquisas acerca dessa área tiveram início e se distanciaram dos estudos sobre Educação Escolar, especificamente. A prática, que antecedeu a teoria, já possuía alta representatividade na época, porém, a Educação Social até então, não tinha qualquer reconhecimento como campo teórico, por se efetivar fora de ambientes escolares regulamentados e obrigatórios. Mas aos poucos, a Educação Social tomou força e ganhou representatividade no âmbito social por meio de debates, congressos, seminários, produções acadêmicas e envolvimento de organismos e entidades sociais (RIBAS; OLIVEIRA, 2013).

É importante mencionar que a Educação Social está presente há muito tempo, ainda de acordo com Ribas e Oliveira (2013), no entanto, a terminologia é nova. Isso também vale, no que diz respeito ao Educador Social, que não era reconhecido como um profissional que tivesse seus direitos e deveres garantidos, mas sim, um trabalhador voluntário.

Somente no início do século XXI, a Educação Social começa a se organizar efetivamente tanto na teoria quanto na prática. Estudos sobre a prática do Educador Social têm apontado projetos laicos e confessionais, do setor público e do privado e que são operados por profissionais de distintas áreas, mas também por cidadãos sem formação básica, trazendo apenas consigo seu conhecimento prático para a Educação Social, mas todos eles, de forma assistencialista às propostas socioeducativas. (RIBAS, 2010)

O Educador Social no Brasil surge nas bases da Educação Popular, no combate à marginalidade nas classes populares, menos privilegiadas, destituídas de direitos básicos e em situações de fragilidade. Paulo Freire, segundo Machado (2008), já anunciava uma tentativa de melhoria da condição social e emancipação cidadã, sendo esta prática de Educação Popular ilustrada em seu livro “A Pedagogia do Oprimido”, publicado em 1968. Assim, “destacam-se os modelos de educação popular com a abordagem teórica desenvolvida por Paulo Freire para a educação de adultos, na década de 60” (MACHADO, 2008, p6).

Nessa empreitada, situa-se o Educador Social, em espaços em que se fazem necessários projetos e práticas sociais, e em que se tenha como foco a transformação da sociedade. Nesse sentido, convém entendermos práticas sociais como ações que promovam cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres em uma sociedade mais humanizada e com menos desigualdades sociais.

Vale a pena lembrar do contexto histórico no qual esse cenário se desenvolveu. Após a Proclamação da República, já nos anos iniciais do século XX, o momento histórico e político do país necessitava do desenvolvimento e modernização da população. As influências educacionais norte-americanas e europeias foram o norte para a democratização do ensino no Brasil, além da preparação de profissionais competentes para atuar nesse contexto.

Nesse período, vários educadores se destacaram, principalmente, após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. O então presidente Getúlio Vargas, após assumir o governo provisório demanda a um grupo de intelectuais as incumbências pedagógicas nas quais a educação deveria estar inserida para atender as novas expectativas de um Brasil que passava por grandes transformações urbanas, econômicas, políticas e

industriais. Um dos grandes nomes que aparece nesse contexto foi Fernando de Azevedo, pioneiro em usar a terminologia Educação Social e que defende a ideia de “que os povos acomodam-se no interior das velhas estruturas, cabendo à pedagogia social fazer com que se liberem das amarras da tradição” (MONARCHA, 1989, p.21).

Surge a Escola Nova como um movimento de renovação da educação brasileira. O escolanovismo propagava a educação como o único elemento eficaz para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, considerando as diferenças e especificidades dos educandos, a fim de promover uma sociedade plena em seus direitos, deveres e senso de coletividade. Nesse sentido, a educação tem o objetivo democrático de diminuir as desigualdades e igualar as oportunidades. Além disso, segundo Monarcha (1989), o escolanovismo apresenta uma diretriz de Educação Popular e traz à tona a Pedagogia Social que, como mencionado, era uma aposta de democratização da educação, incluindo e atendendo as massas nesse processo sendo, portanto, popular e social.

Na década de 60, de acordo com Saviani (2008), instaura-se sobre o conceito de Educação Popular, que tem como precursor Paulo Freire, um novo significado: o de conscientizar as massas acerca da realidade social e política, logo a educação passa a ser concebida como um instrumento “do povo, pelo povo e para o povo”, desprezando a educação elitista e tradicional.

Nas três décadas seguintes, a Educação Popular surge como contraponto à educação formal. Convém pontuar aqui as diferentes formas de educação no Brasil a saber: educação formal, educação informal e educação não formal.

Gohn (2006) afirma que a educação formal é aquela que ocorre dentro dos sistemas tradicionais de ensino, com conteúdos previamente demarcados através de currículos. Já a educação não formal é aquela que acontece fora dos sistemas regulamentados e sistematizados de ensino; corresponde às iniciativas organizadas e intencionais de aprendizagem, assegurando-se critérios de solidariedade e identificação de interesses comuns. A informal é aquela que ocorre ao longo da vida, em situações diárias do cotidiano de cada sujeito, durante o processo de socialização.

Aprofundamo-nos mais no conceito de educação não formal, locus em que o Educador Social atua. Coombs, Prosser e Ahmed (*apud* Gohn, 2010) a definem como toda e qualquer atividade educacional que ocorra fora do sistema formal de educação, mesmo que de forma complementar (ou não) este último. Os projetos são delineados de forma a atender um grupo

seleto, por meio de atividades organizadas e sistematizadas, não concebidas como educacionais num primeiro momento, mas como “componentes educacionais de programas projetados para atenderem a metas de desenvolvimento amplas” (COOMBS; PROSSER; AHMED, *apud* COSTA 2014, p. 4).

Neste debate, acerca da conceituação de educação não formal, Gohn (2010) pressupõe que a mesma está intrinsecamente ligada à educação cidadã na qual se prevê a democratização do conhecimento. Ela ocorre por meio de compartilhamento de experiências, na intencionalidade da ação, no ato de participar, aprender, transmitir e trocar saberes.

Gohn (2010) destaca ainda que, foi na década de 90, que a educação não formal aparece como um novo campo teórico e ganha espaço e reconhecimento como uma nova área de produção de conhecimentos em “espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação). (GOHN, 2010, p.29)

Ainda, segundo Gohn (2006, p. 31), o que se espera de cada eixo educacional é aprendizagem e titulação na educação formal; resultados provenientes da visão do senso comum na educação informal; desenvolvimento de múltiplos processos e aprendizagens na educação não formal.

### **O Educador Social e sua Formação Profissional**

O termo Educador Social vem sendo utilizado em uma ampla gama de situações e atuações. Porém, faz-se necessário definir a variedade, mas também as fronteiras nas quais este termo deve se manter. De acordo com Trilla (2003), o Educador Social se define como tal, quando se dirige à educação que propõe o desenvolvimento do ser social, à educação desenvolvida em grupos que se encontram em situação de risco social e, por fim, quando ocorre, por meio de educação não formal. Sendo assim, ao atingir pelo menos duas das três situações mencionadas, configura-se Educação Social.

O surgimento do Educador Social se dá após a Segunda Guerra, a partir da necessidade da intervenção social para o enfrentamento dos problemas nos quais crianças e jovens estavam inseridos devido à perda de suas famílias no conflito. De acordo com Cunha, “estes sujeitos (crianças e jovens ‘sem famílias’) necessitavam readaptar-se a essa nova condição, o que poderia ocorrer mediante uma assistência educativa” (CUNHA, 2011, p.6). A

partir de então, começou-se a pensar sobre a Educação Social como processo interventor para crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, o que, ao longo dos anos, foi sofrendo transformações e tomando outras proporções devido às novas demandas sociais.

Nesse cenário pós guerra, houve uma crise na educação existente nos países de primeiro mundo, caracterizada pelo fato do sistema educacional da época não conseguir atender à grande demanda escolar, não favorecer a promoção social e não suprir às necessidades de formação do cidadão para as tarefas advindas da latente revolução industrial (FÁVERO, 2007).

De acordo com Garrido (2011), o trabalho do Educador Social é extenso e envolve várias áreas sem, contudo, necessitar de uma formação específica. Este profissional pode atuar em ações pedagógicas, intervenções sociais e orientações de aconselhamentos, mesmo que, até então, não tenha sido reconhecido legalmente, sendo, conseqüentemente, privado de seus direitos enquanto trabalhador. O autor corrobora essa afirmação quando diz que: “A Educação Social se caracteriza pela função do trabalho voltado aos diferentes espaços sociais principalmente destinados a inclusão dos grupos em desvantagem na sociedade. (GARRIDO, 2011, p. 23).

No Brasil, esse panorama começa a se modificar, quando em 2009, o Educador Social é reconhecido como profissional, e tem sua atividade incluída na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho. Em 2017, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou a proposta (PL 5346/09) que regulamenta a atividade do Educador Social. De acordo com o texto aprovado, fica determinado como campo de atuação desses profissionais as ações socioeducativas dentro ou fora de ambientes escolares, porém, ações que envolvam práticas comunitárias e sociais em programas educativos definidas por Políticas Públicas agendadas pelos entes federais, estaduais ou municipais. Ainda de acordo com o texto, cabe ao Educador Social atuar como mediador em situações que intercorram violência, exploração física e psicológica, e que envolvam direitos e deveres, de modo a promover justiça e inclusão social.

O trabalho do Educador Social não é aleatório, mas deve ter princípios, métodos e metodologias de trabalho. Gohn (2009) afirma que de acordo com a pedagogia de Paulo Freire (1983), a construção do trabalho do Educador Social assumiria três fases distintas. A primeira diz respeito à elaboração do diagnóstico do problema, bem como suas carências de solução; a segunda refere-se à construção preliminar de uma proposta de trabalho em si; e a

terceira prima a implementação da proposta a ser trabalhada em determinado grupo ou comunidade. Ainda nessa perspectiva, é primordial que o Educador Social disponha de uma sensibilidade ímpar para se envolver e internalizar a cultura local, como também dos demais atores da comunidade ou grupo em que atua. Nesse sentido, de acordo com Lima et al (apud Silva, 2009, p. 484): “A construção de uma identidade profissional implica, portanto, um processo de produção de novas relações sociais, o enfrentamento das adversidades, o desenvolvimento de competências e habilidades específicas para o exercício da prática.”

Fica evidente, então, que o Educador Social vem construindo sua identidade profissional considerando sua prática como sujeito essencial na construção de outros sujeitos no que tange ao desenvolvimento da cidadania, da criticidade e da consciência da realidade que os cerca, promovendo o real sentido da democracia emancipatória. O que falta são políticas públicas no sentido de assegurar que esse profissional esteja, de fato, inserido na categoria trabalhista que lhe confere, o que, de acordo com a PL 5346/09, encontra-se em vias de desenvolvimento.

### **Considerações Finais**

O campo principal da atuação do Educador Social é a educação não formal, cuja prática educacional ocorre intencionalmente extramuros escolares, fora do sistema formal de ensino, porém complementar a esse. O olhar do Educador volta-se para a busca do entendimento das mudanças políticas, econômicas e sociais que nos cercam. A educação para a emancipação parte de uma conscientização crítica acerca da realidade na qual estamos inseridos. O Educador Social reflexivo e crítico promove a reflexão e a criticidade, de modo a fazer com que os sujeitos que participam do processo questionem o seu papel na sociedade e sejam capazes de modificá-la.

Para entendermos a importância do trabalho desenvolvido pelo Educador Social, fez-se necessário a compreensão dos diferentes campos de atuação e sujeitos envolvidos no processo, em sua maioria, em situação de vulnerabilidade, desigualdade social, entre outros fatores que afloram em nossa sociedade. Embora os sujeitos sejam seres em constante construção a partir da relação com o outro, a identidade do Educador Social está marcada pelas especificidades e contrariedades dos contextos nos quais se inserem. Pudemos verificar que houve um avanço significativo no sentido de promover ao Educador Social seu devido reconhecimento com garantias previstas em lei, ainda que em trâmite de ser promulgada. A

profissionalização do Educador Social é um passo fundamental na direção de assegurar o desenvolvimento de seu trabalho de forma digna, atribuindo sentido à suas escolhas, ainda que idealistas. Por meio da explicitação de direitos e deveres, a prática do Educador Social se desvencilha da prática assistencialista e lhe confere uma sensação de amparo (agora legal) frente às adversidades cotidianas.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, Rodrigo H. Notas sobre educação formal, não formal e informal. Unirio/Mestrado/PPGM. **Anais do III SIMPOM**, 2014 – Simpósio Brasileiro de pós graduandos em música.
- CUNHA, Roberto de castro. O educador social e a sua inserção nas políticas públicas: imprescindibilidade ou rearranjo do capital? In: **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.3, n.2, jan-jul. 2011.
- FÁVERO, Osmar. Educação Não Formal: contextos, percursos e sujeitos. *Educ. Soc.*, Campinas, v.28, n.99, p. 614-617, maio/ago. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 15/05/2018.
- GARRIDO, Noemia de Carvalho [*et al*] (Orgs.). **Desafios e perspectivas da educação social: um mosaico em construção**. São Paulo: Expressão e arte editora, 2010.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. In.: *Revista Meta: Avaliação*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan./abr.2009, p. 28-43.
- \_\_\_\_\_. **Educador não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.
- MACHADO, Evelcy M. **A Pedagogia Social: diálogos e fronteiras com a educação não-formal e educação sócio comunitária**, Disponível em < [http://unisal.br/wp-content/uploads/2013/09/mesa\\_8\\_texto\\_evelcy.pdf](http://unisal.br/wp-content/uploads/2013/09/mesa_8_texto_evelcy.pdf) > 2008. Acesso em 15/05/2018.
- MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova**. São Paulo: Cortez, 1989.
- RIBAS, Érico. **A constituição da pedagogia social na realidade da educação brasileira**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de pós-graduação. Florianópolis.
- RIBAS, E. OLIVEIRA A. A. **O educador social no Brasil: perspectivas históricas e discussões atuais**. XI Congresso Nacional de Educação, Educere, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba de 23 a 26/09/2013.



SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: autores associados, 2008.

SILVA, Gerson. H. Educador social: uma identidade a caminho da profissionalização? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.3, p. 479-493, set./dez. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n3/05.pdf>> Acesso em 15/05/2018.

ROMANS, M.; PETRUS, A; TRILLA, J. Profissão Educador Social. Porto Alegre, RS: Artmed, 2003.